É PELA VIDA DAS MULHERES

Legalização do Aborto, Já!

Educação sexual e contraceptivos para decidir!
Aborto legal e seguro para não morrer!

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Expediente

É Pela Vida das Mulheres - Legalização do Aborto, Já!
Educação sexual e contraceptivos para decidir! Aborto legal e seguro para não morrer!
(Setembro/2018)

Responsável - Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas
Coordenação - Setorial de Mulheres
Colaboração - Ilaese (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos)
Redação e edição - Érika Andreassy (Ilaese) e Sâmia Gabriela Teixeira (CSP-Conlutas
Revisão - Ana Cristina Silva e Claudia Costa (CSP-Conlutas), Érika Andreassy (Ilaese) e Marcela Azevedo (CSP-Conlutas)
Diagramação - Sâmia Gabriela Teixeira (CSP-Conlutas)
Fotos - Bianca Pedrina, Claudia Costa, Romerito Pontes, Sâmia Gabriela Teixeira

Índice

- Introdução..... 04
- Precisamos falar sobre aborto..... 05
- Criminalizar não evita..... 06
- O mapa do aborto..... 08
- Aborto no Brasil..... 10
- Quando o aborto é legal?..... 12
- Defender legalização não é incentivar..... 14
- O direito à maternidade..... 18
- O aborto deles..... 20
- Estamos alertas..... 22
- Uma questão de saúde pública..... 24
- É pela vida das mulheres..... 26
- 28 de Setembro..... 27
- Referências..... 27

Era um casal jovem, ela tinha 18 e ele 20 anos quando se casaram. Ele trabalhava numa empresa de pneus e ela era "do lar". Tiveram cinco filhos. Devido ao consumo de bebida alcoólica frequente, era comum que houvesse episódios de violência e agressão, quase sempre acompanhados pelos olhos assustados dos filhos mais velhos.

Após seis meses do nascimento do quinto filho, ela engravidou novamente. Tinha medo de contar para o marido, sabia que reagiria com violência. Além disso, tinham poucos recursos para alimentar os cinco filhos nascidos. Decidiu abortar.

Com a ajuda de amigas tomou alguns chás e abortou. No dia seguinte foi para o hospital e morreu de infecção generalizada. **Deixou cinco filhos órfãos.**

"Se o aborto fosse legalizado no Brasil, eu não teria perdido a minha mãe!"

relato de um operário, dirigente de um sindicato filiado à CSP-Conlutas

PRECISAMOS FALAR SOBRE ABORTO

Um debate necessário, pela vida das mulheres

Sabemos que aborto não é um assunto fácil, afinal, trata-se de uma questão polêmica, que envolve dilemas morais e religiosos e, por isso mesmo, causa enorme constrangimento.
Por outro lado, há muitas confusões e preconceitos que também contribuem para evitarmos falar sobre o assunto.
Mas apesar disso, o aborto existe e fechar os olhos para essa realidade não vai fazer com que ele deixe de existir.
Pelo contrário, enquanto nos omitirmos, as mulheres trabalhadoras seguirão praticando aborto inseguro e morrendo por isso.
Então, é fundamental tirarmos esse assunto da clandestinidade. Precisamos falar honestamente sobre o aborto e compreender porque a legalização é a melhor forma de garantir a vida e a saúde das mulheres.
O objetivo dessa cartilha é justamente esse, trazer informações e abrir o debate.

Convidamos você a ler e refletir.

CRIMINALIZAR NÃO EVITA O ABORTO

A proibição só prejudica as mulheres pobres

Maria, Denise e Simone não se conhecem. São mulheres diferentes, que vivem em lugares diferentes e possuem histórias de vida bastante diferentes. Mas apesar disso Maria, Denise e Simone têm algo em comum: as três já fizeram aborto. Elas não são as únicas. O aborto é algo tão presente na vida das mulheres, que pesquisas revelam que mesmo nos países onde é considerado crime, ele é praticado numa escala tão grande, que se tornou um problema de saúde pública.

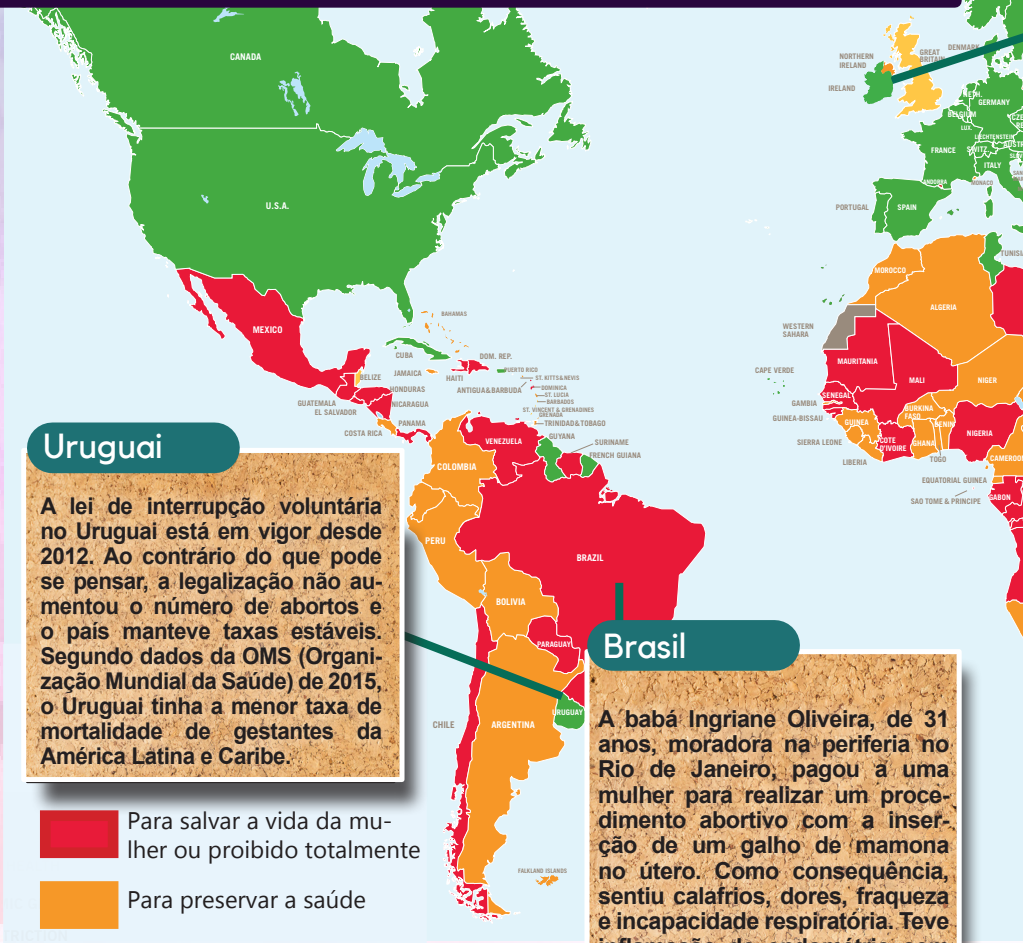
Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), 47 mil mulheres morrem anualmente de complicações causadas por aborto inseguro e outras 8 milhões ficam com algum tipo de sequela. Mulheres que praticam aborto em países onde ele não é permitido têm 275 vezes mais chances de morrer do que em países onde ele é legalizado.

Muitas pessoas pensam que proibir o aborto é uma forma de impedir que ele aconteça, mas criminalizar não evita o aborto, apenas divide as mulheres entre as que podem e as que não podem pagar pelo procedimento. As mulheres ricas quando decidem abortar, o fazem de forma segura em clínicas equipadas e com profissionais capacitados, e não são incomodadas. Foi o caso de Simone, nossa personagem acima, que desembolsou 7 mil reais para realizar o aborto numa clínica de alto padrão. Já as mulheres pobres, como Maria e Denise, além de ficarem sujeitas ao aborto inseguro através de chás ou medicamentos ilegais sem orientação médica, clínicas insalubres e sem estrutura ou métodos terríveis e falhos, ainda correm o risco de serem processadas e presas. De acordo com a OMS, nos países onde o aborto é totalmente proibido ou onde pode ocorrer apenas para salvar a vida da mãe, a taxa média de abortos é de 37 para cada mil mulheres, já nos locais onde ele é liberado, cai para 34.

CRIME

O MAPA DO ABORTO

Um panorama do aborto no mundo



Uruguai

A lei de interrupção voluntária no Uruguai está em vigor desde 2012. Ao contrário do que pode se pensar, a legalização não aumentou o número de abortos e o país manteve taxas estáveis. Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) de 2015, o Uruguai tinha a menor taxa de mortalidade de gestantes da América Latina e Caribe.

Brasil

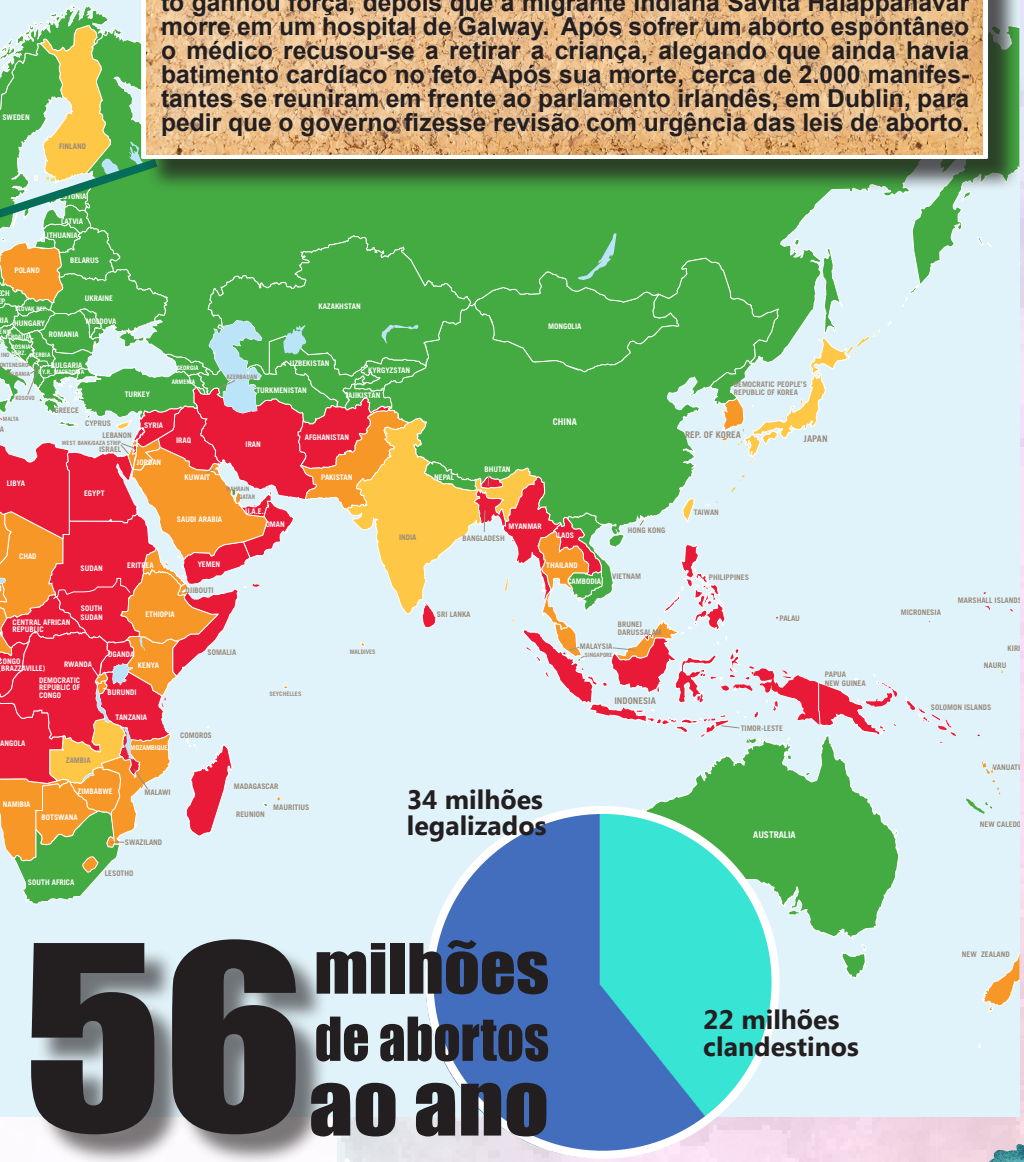
A babá Ingriane Oliveira, de 31 anos, moradora na periferia no Rio de Janeiro, pagou a uma mulher para realizar um procedimento abortivo com a inserção de um galho de mamona no útero. Como consequência, sentiu calafrios, dores, fraqueza e incapacidade respiratória. Teve inflamação do endométrio com infecção generalizada e morreu após quatros dias.

- Para salvar a vida da mulher ou proibido totalmente
- Para preservar a saúde
- Por motivos socioeconômicos
- Sem restrição quanto ao motivo

Irlanda

Em 1992, uma vítima de estupro de 14 anos de idade tentou o suicídio ao ser impedida pelos tribunais de viajar para a Inglaterra para interromper sua gravidez. A controvérsia seria conhecida como o Caso X.

Onze anos depois, em 2013, uma campanha para legalizar o aborto ganhou força, depois que a migrante indiana Savita Halappanavar morre em um hospital de Galway. Após sofrer um aborto espontâneo o médico recusou-se a retirar a criança, alegando que ainda havia batimento cardíaco no feto. Após sua morte, cerca de 2.000 manifestantes se reuniram em frente ao parlamento irlandês, em Dublin, para pedir que o governo fizesse revisão com urgência das leis de aborto.



56 milhões de abortos ao ano

ABORTO NO BRASIL

Entre a morte e a prisão

O Brasil é um dos campeões do aborto. Estima-se que ocorram de 500 a 800 mil abortos clandestinos todos os anos e uma média de 200 mil internações por abortos mal sucedidos. É a 4ª causa de morte materna, sendo que diariamente quatro mulheres morrem por complicações de aborto. Assim como no restante do mundo, quem morre ou ficam sequeladas são as mulheres pobres, a maioria negras, que não têm como pagar por um procedimento seguro. Por outro lado, são essas mulheres também que acabam processadas. Levantamento da Defensoria Pública do Rio de Janeiro concluiu que a maioria das mulheres processadas por aborto no Estado é negra, pobre, já tem filhos e não possui antecedentes criminais.

No Brasil, para quem provoca o aborto em si mesma, a pena é de detenção por 1 a 3 anos, sendo que participantes do ato podem ser criminalizados da mesma maneira.
Ainda há um projeto de lei (PLS 460/2016) em andamento que pretende criminalizar a instigação. Ou seja, qualquer incentivo poderá ser considerado crime, mesmo sem o caso concreto de aborto.
A legislação brasileira também prevê as contravenções penais, como a 3688/41, que criminaliza quem anuncia meio abortivo publicamente, além do artigo 273 do Código Penal, que pune também a quem fornece ou vende medicamentos abortivos.

Quem aborta no Brasil?

Ao contrário do imaginário popular, a mulher que faz o aborto é uma mulher comum. É nossa vizinha, parente, colega de trabalho...

- 1 em cada 5 mulheres até 40 anos já fez aborto no Brasil
- 81% se declaram cristãs (católicas, protestantes ou outras religiões cristãs)
- 78% já têm filhos
- 65% são casadas ou estão em união estável
- 60% trabalham

Portanto, não são criminosas assassinas, são trabalhadoras, muitas casadas e mães de família, várias frequentam a igreja e algumas sofrem com a violência doméstica e sexual. Todas elas são vítimas do sistema, pois, ao se depararem com uma gravidez inesperada e indesejada, não têm outra opção a não ser arriscar sua saúde e sua vida nas mãos de gente que se aproveita do sofrimento alheio para ganhar dinheiro, bem ao estilo da lógica capitalista.

QUANDO O ABORTO É LEGAL?

Casos em que a interrupção é liberada

No Brasil, o aborto é legal nos seguintes casos:

Gravidez resultante de estupro
Embora haja Projeto de Lei que exige a apresentação de boletim de ocorrência para a realização de aborto em caso de estupro, nessa situação o procedimento ainda é um direito garantido, e a mulher deve ter o sigilo de seu caso respeitado.

Risco para a vida da mulher
Quando a mulher sofre risco grave de vida, ela pode abortar sem autorização judicial para isso. No entanto, o diagnóstico médico depende do entendimento do profissional de saúde, e há casos em que a mulher morre em decorrência da negativa consequente de posições conservadoras por parte do médico envolvido.

Feto anencéfalo
Por decisão de 2012 do STF (Supremo Tribunal Federal), é permitido o aborto em casos de gravidez de fetos anencéfalos (quando não há formação do cérebro). A permissão é também restritiva, uma vez que não permite o abortamento de outras deficiências similares que também inviabilizam a vida gestada.

Vamos refletir?

Você conhece ou já ouviu falar de alguém que já fez aborto? Quem é ela, o que é sua?
Você conhece os motivos que a levaram a isso? Acha que foram motivos legítimos?
Se você estivesse na mesma situação, teria feito diferente? Por que? Você tem 100% de certeza disso?
Você considera essa pessoa uma criminosa que merecia morrer ou ser processada e presa por ter feito um aborto? Se sim, você a denunciaria para a polícia?

DEFENDER LEGALIZAÇÃO NÃO É INCENTIVAR O ABORTO

É pela vida das mulheres

É importante destacar que ser a favor da legalização não é o mesmo que ser a favor do aborto e muito menos incentivar que as mulheres abortem. Defender a legalização é defender a vida das mulheres que fazem e morrem na ilegalidade, especialmente as mais pobres. Nenhuma mulher engravida para depois abortar, mas muitas mulheres morrem por fazer aborto em condições inseguras. Por isso, a descriminalização apenas não basta, pois seguirá o modelo de clínicas particulares acessíveis somente às mulheres ricas.

Legalizar significa garantir que as mulheres possam realizar o procedimento de forma segura e gratuita pela rede do SUS (Sistema Único de Saúde), tornando o Estado responsável pela promoção de políticas públicas e investimentos para isso, bem como de medidas preventivas para evitar que as mulheres tenham que recorrer ao aborto. Significa também programas de orientação sexual e planejamento familiar, distribuição de contraceptivos sem burocracia, treinamento de profissionais, campanhas educativas e demais iniciativas.

Avanços políticos

Em agosto de 2018, ocorreu audiência pública no STF sobre a descriminalização do aborto. Esse processo, combinado com a influência das lutas que se davam na Argentina, colocou o tema em destaque no país e, embora trate apenas da questão da descriminalização, a ADPF 442, nos serve para organizar as mulheres trabalhadoras em torno dessa luta e apontar a exigência da legalização do aborto, juntamente com a educação sexual e acesso fácil aos métodos contraceptivos.

Com pílula e camisinha só engravida quem quer?

Tem muita gente que pensa desse jeito, mas não é bem assim, pois os métodos contraceptivos podem falhar. Ainda que usados corretamente, quanto mais tempo se passa usando esses métodos, maior é a probabilidade de resultar em uma gravidez indesejada e mesmo que em alguns casos a probabilidade seja pequena, ela existe. Por outro lado, há mulheres que também não têm acesso a contraceptivos ou não são ensinadas a usar corretamente. Às vezes se esquecem de tomar a pílula ou ainda não sabem que antibióticos podem cortar seu efeito (sim, isso pode acontecer!). É possível também que se a mulher tiver diarreia ou vômito, a pílula não seja devidamente absorvida pelo organismo e falhe. Sem falar que existem muitos homens que simplesmente se recusam a usar preservativo. Portanto, como se pode ver há muitos fatores que expõem a mulher à gravidez, ainda que ela esteja fazendo tudo direitinho.

Você sabia que as brasileiras se protegem?

68% das mulheres em idade reprodutiva declaram que usam algum tipo de contraceptivo sendo que:

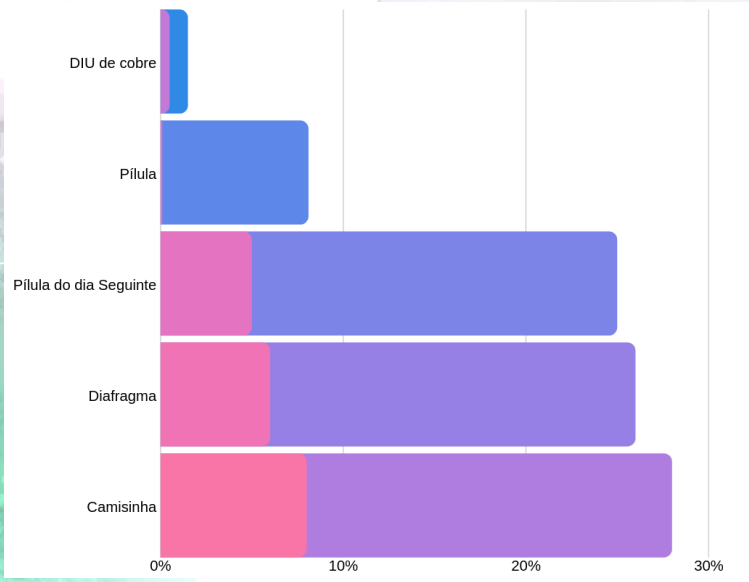
25% contam com esterilização (laqueadura ou vasectomia)

22% tomam pílula

13% usam camisinha

8% outro método

Taxa de falha dos métodos contraceptivos



Segundo o Ministério da Saúde, **metade das mulheres** que recorrem ao aborto, usaram algum método contraceptivo para evitar a gravidez, ou seja, as mulheres engravidam mesmo tentando evitar um filho.

O DIREITO À MATERNIDADE

O ESTADO QUE ABORTA

Parece contraditório falar em maternidade numa cartilha sobre aborto, mas acontece que muitas mulheres que recorrem ao aborto clandestino o fazem porque não têm condições dignas para serem mães. Pense um pouco: quantas mulheres você conhece que tiveram que abandonar o emprego porque não tinham onde deixar o filho pequeno para poder trabalhar? Ou que foi demitida após o fim da licença-maternidade? Ou ainda que foi vítima de assédio moral pela chefia por ter faltado ao trabalho para levar o filho ao médico? Para se ter uma ideia da dificuldade que é conciliar maternidade e trabalho, basta ver que 48% das mulheres são demitidas nos primeiros 6 meses após o parto e 1 em cada 4 mulheres não consegue retornar ao mercado de trabalho depois da gestação. Além disso, 88% das mulheres apontam a falta de creche como o maior empecilho para poder trabalhar.

Veja que incoerência...

O mesmo Estado que proíbe o aborto, não constrói creches e escolas em tempo integral suficientes para que os filhos das mulheres trabalhadoras possam permanecer em segurança, enquanto saem para trabalhar. Não garante emprego e salário decentes para que possam se sustentar e a seus filhos. Não protege as mulheres vítimas da violência doméstica ou oferece condições para que possam romper com relacionamentos abusivos e alimentar seus filhos sem depender economicamente de maridos ou companheiros agressores. Não consegue livrar as mulheres grávidas e seus bebês das sequelas da infecção pelo Zika Vírus, ou seja, não possibilita às mulheres trabalhadoras que exerçam de forma decente a maternidade.

Cortes no Orçamento

A realidade política colocada para a mulher é a de que ela é a única que tem obrigações e o Estado nada tem a lhe dever. Segundo dados da OMS, o governo brasileiro destina para a área da saúde 7,7% de seu orçamento geral. Essa taxa é inferior à média mundial, uma das mais baixas das Américas se aproximando de governos africanos. Além disso, serviços de referência de atendimento à mulher, como o Hospital Pérola Byington, no estado de São Paulo, por exemplo, que realiza em média 130 procedimentos anualmente, têm sido sucateados pelos governos.

Por fim, se o tema do aborto é um verdadeiro tabu no congresso e em parte na sociedade, o governo criminaliza e pune duas vezes: a mãe e também milhões de crianças abandonadas, sem o amparo do Estado. Estudo inédito da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), publicado em agosto de 2018, revela que seis em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza, totalizando 32 milhões de jovens.

O ABORTO DELES

HOMENS ABORTAM MAIS QUE MULHERES

Você já reparou que quando uma mulher engravida sem querer, parece que a responsabilidade é só dela?

Quase ninguém questiona o papel dos homens em evitar uma gravidez indesejada, mas ele existe, pois a reprodução é um ato que depende de duas pessoas. A maior parte das gestações que termina em abortos é fruto de relacionamentos estáveis, entretanto, apenas 21% dos homens admitem usar camisinha com suas parceiras fixas.

No geral, os homens experimentam 2,5 vezes mais abortos ao longo da vida do que as mulheres, geralmente em relacionamentos diferentes.

Homens e mulheres engravidam juntos, mas é muito mais fácil para eles escolherem não ter filhos. É o que acontece quando não assumem a criança, por exemplo. Atualmente no Brasil 5,5 milhões de brasileiros não têm o nome do pai no documento de registro.

Quem lucra com o aborto ilegal?

Quando as pessoas falam de aborto, no geral recorrem aos aspectos morais e religiosos que envolvem o tema. Eventualmente se aborda também a questão de saúde, mas quase sempre se esquecem de que por trás do aborto clandestino há uma grande e lucrativa indústria, que envolve verdadeiras quadrilhas especializadas em se aproveitar do sofrimento alheio para tirar vantagem, bem ao estilo capitalista. Essas quadrilhas movimentam milhões de reais todos os anos com tráfico de medicamentos, clínicas ilegais, corrupção e lavagem de dinheiro. Ou seja, enquanto as mulheres trabalhadoras arriscam sua saúde e sua vida, essa gente inescrupulosa enriquece às custas da lei.

Custos do aborto clandestino

O aborto clandestino custa caro para as mulheres e para o país.

Entre 2008 e 2017, o SUS gastou 476 milhões de reais com internações para tratar complicações do aborto. Em 75% dos casos, tratou-se de abortos provocados.

No mundo todo, 930 milhões de dólares são gastos todos os anos devido à mortalidade causada pelos abortamentos. Outros 23 milhões são gastos no tratamento de complicações causadas por abortos inseguros.

ESTAMOS ALERTAS!

CONFIRA OS ATAQUES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

O projeto de lei nº 5364/05 pretende eliminar do Código Penal a exceção feita aos casos de gravidez resultante de estupro, assim como o PL 7235/02, que propõe, neste caso, eliminar totalmente o artigo 128 do Código.

Os projetos de lei nº 1459/03 e 5166/05 tratam de penalizar o aborto nos casos de gravidez de bebês anencéfalos. Direito garantido por decisão do STF.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de nº 29/15 pretende alterar a redação do artigo 5º da Constituição, considerando que todos são iguais perante a lei "desde a concepção".

Os projetos de lei 478/07 e 489/07, conhecidos como Estatuto do Nascituro, estabelecem aumento nas penas para a prática de aborto e visam tornar a prática do aborto crime hediondo.
Além disso, essa iniciativa prevê a chamada "bolsa estupro", que corresponde ao pagamento de um salário mínimo à mulher vítima de estupro que prosseguir com a gestação, caso encontre o estuprador ele será obrigado a registrar a criança e pagar pensão.

O projeto de lei nº 5069/13, de autoria do então deputado Eduardo Cunha (MDB), condena quem orientar ou vender substâncias para a prática de aborto. A pena prevista é de quatro a oito anos, até mesmo para profissionais de saúde em exercício legal.

Com mais de 30 projetos de lei no Congresso Nacional, são diversos os ataques do Estado que ferem os poucos direitos garantidos para a saúde reprodutiva das mulheres e pela liberdade sobre seus corpos.
Se hoje a criminalização no Brasil já é preocupante, conforme inclusive organizações internacionais alertam, há projetos que incluem a prática do aborto na Lei nº 8702 de 1990, que trata dos crimes hediondos, por exemplo.

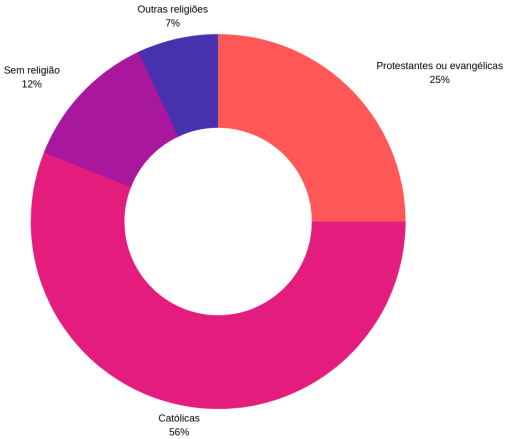
UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

O DIREITO AO ABORTO NÃO PODE SER PAUTADO PELA FÉ RELIGIOSA

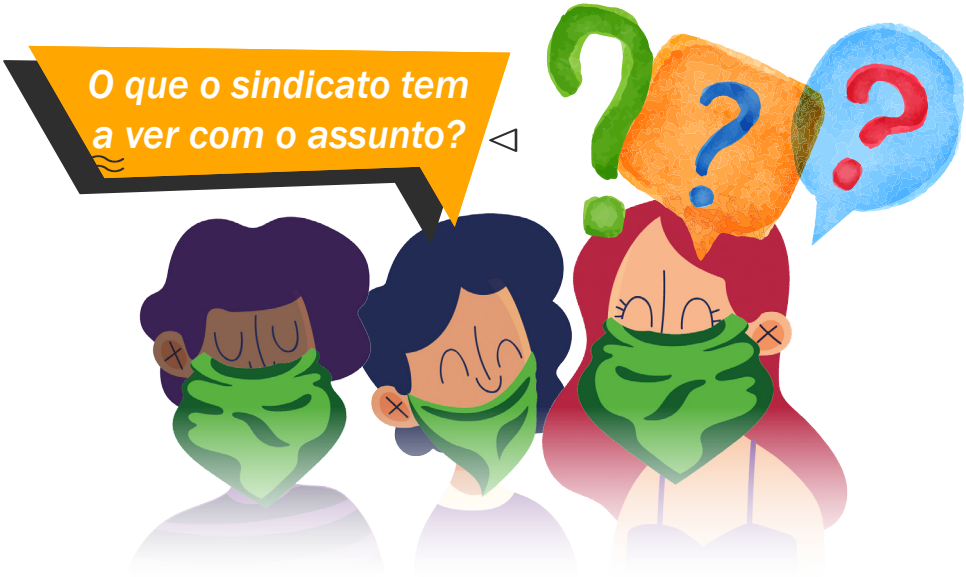
Ter ou não uma religião é um direito individual de cada pessoa. Praticar sua religião, reunir-se em culto religioso, bem como expressar suas crenças (ou a falta delas) é um direito de qualquer um. Mas uma coisa é aceitar o livre exercício religioso. Outra muito diferente é permitir que dogmas religiosos interfiram nas decisões do Estado. Muitas religiões, como o catolicismo e espiritismo e boa parte dos evangélicos condenam categoricamente o aborto, mas nem todas as mulheres são religiosas e nem todas as religiões têm uma posição fechada sobre o aborto. É o caso do judaísmo, do islamismo, do candomblé e de algumas denominações protestantes, como a Igreja Universal do Brasil, por exemplo, que defende abertamente a legalização do aborto.

Perfil religioso das mulheres que abortam

- 7% são de outras religiões
- 12% não têm religião
- 25% são protestantes
- 56% são católicas ou evangélicas



Por outro lado, há diversos movimentos dentro da igreja católica e entre os evangélicos que defendem que o aborto deve ser uma escolha da mulher, como as "Católicas Pelo Direito de Decidir", e a "Frente Evangélica Pela Legalização do Aborto". Portanto, qualquer argumento de cunho religioso deve servir, única e exclusivamente, para fundamentar decisões pessoais, a título de convicção íntima, mas sem o poder de imposição a outras pessoas.



A essa altura do campeonato você deve estar se perguntando: "ok, mas que raios o sindicato tem a ver com esse assunto?"
Acontece que todo assunto que afeta a classe trabalhadora diz respeito ao sindicato e no caso do aborto não é diferente. Quem sofre com o aborto clandestino é a mulher trabalhadora e pobre. Se as mulheres burguesas estivessem submetidas às mesmas condições, o aborto já teria sido legalizado há muito tempo. Assim, a legalização do aborto é um tema de vital interesse para as mulheres trabalhadoras porque são elas que arriscam sua saúde e suas vidas recorrendo a procedimentos inseguros. O sindicato não pode se omitir diante dessa realidade.

“Não precisa abortar. É só dar o filho para adoção”

Quem dera fosse fácil assim: passar por uma gestação, dar à luz, olhar para o bebê – e então dá-lo, mesmo sendo uma decisão ainda mais difícil do que abortar. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é direito da mãe entregar o filho para a adoção. Mas o Estado tenta manter a criança com a mãe ou com a família. É crime, por exemplo, amigos ou uma família interessada adotarem o bebê sem a participação da Justiça, por outro lado concretizar uma doação é uma verdadeira odisseia.

Pela vida das mulheres, nós lutamos por educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro no SUS para não morrer!

Legalizar, já!

Legalizar o aborto não tira o direito de ninguém, mas ao contrário, amplia o direito das mulheres pobres à vida e aos seus próprios corpos. Por isso, defendemos a legalização do aborto seguro e gratuito. É pela vida das mulheres trabalhadoras!

28 de setembro: Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto

O 28 de setembro marca o Dia de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto na América Latina e Caribe. A data foi escolhida pelas mulheres trabalhadoras no 5º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, realizado no dia 28 de setembro de 1990, na cidade de San Bernardo, na Argentina.

A data também é um marco histórico na luta e resistência das mulheres negras. Foi em 28 de setembro de 1870, que a Lei do Ventre foi aprovada no Brasil.

Assim, todos os filhos de escravos que nasceram a partir desta data, não seriam mais escravos.

Na maioria dos países latino-americanos e caribenhos o aborto não é legalizado.

Referências

Página 7 - https://www.guttmacher.org/report/abortion-worldwide-2017 (acesso em 21/08/2018)

Página 7 - https://nacoesunidas.org/taxas-de-aborto-em-paises-desenvolvidos-caem-mais-que-nos-paises-em-desenvolvimento/ (acesso em 21/08/2018)

Páginas 8 e 9 - Guttmacher Institue, OMS, Pesquisa Nacional do Aborto 2016

Página 10 - http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/c70b9c7926f145c1ab4cfa7807d4f52b.pdf (acesso em 25/08/2018)

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Setorial de Mulheres da Central